

## **ENTRE O SABER E O FAZER: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E ENGAJAMENTO POLÍTICO-FEMINISTA**

Mariângela Moreira Nascimento\*  
Felipe Bruno Martins Fernandes†

### **Resumo**

Este artigo analisa a prática extensionista a partir do projeto “Manifestações de Gênero, Raça, Sexualidade e Religião nas Eleições 2014”, realizado entre junho e dezembro de 2014, no município de Salvador/BA, com o apoio da PROEXT/UFBA. Traçando o papel social da universidade, reflete sobre a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa. A partir de cursos de formação política com mulheres líderes comunitárias, publicação de material informativo sobre a campanha eleitoral e pesquisa de cunho etnográfico, o projeto possibilitou a formação de uma ampla equipe de graduandos e pós-graduandos que, coletivamente, produziram os resultados do projeto. Com isso, o artigo defende que a articulação entre a universidade e a comunidade é estruturante do sistema de ensino superior atual que, com a prática extensionista, assume seu papel de transformação social e busca por justiça.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Gênero. Raça. Sexualidades. Política.

### **Between knowing and doing: university extension, communitary intervention and political-feminist engagement**

### **Abstract**

This article analyzes the extension practice from the project “Gender, Race, Sexuality and Religion Representations in the 2014 Brazilian Elections” conducted between June and December 2014 in the city of Salvador/BA with the support from PROEXT/UFBA. Tracing the social role of the university the text reflects on the University Extension as an educational, cultural and scientific process that articulates Professional Learning and Research. From political training courses with women community leaders; the publication of informative material about the election campaign; and ethnographic research, the project made possible the teaching of an extensive team of undergraduate and graduate students who collectively produced the project results. With this, the article argues that the relationship between the university and the community is structuring of the current higher education system in Brazil, specially with the extension practices, and, with that, assumes its role in the social transformation and the quest for justice.

**Keywords:** University extension. Gender. Race. Sexualities. Politics.

---

\* Professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Universidade Federal da Bahia, e coordenadora do Gira: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação.

† Professor do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Universidade Federal da Bahia, e coordenador do Gira: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação.

## Apresentação

Hoje, as atividades extensivas são pensadas e praticadas dentro de uma lógica pedagógica que se firma no resgate do saber-fazer humano, baseado em valores éticos, democráticos e sustentáveis, que destaca o conhecimento teórico ou aquele oriundo da experiência de vida dos participantes – docentes, discentes e público alvo.

Este é o caminho que as universidades têm procurado trilhar para resgatar o seu papel social. Como espaço de produção de conhecimento e disseminação de saberes, a universidade deve ser, por essência, democrática na relação e produção de conhecimentos, mas, infelizmente, ainda se faz presente uma cultura institucional autoritária que sustenta e reproduz a dissociação entre o saber e o fazer. A simbiose do conhecimento teórico e prático se encontra, apesar das mudanças nos últimos anos, pouco realizada dentro das universidades, mas há, no entanto, o reconhecimento da necessidade de se buscar caminhos de superação da separação entre o saber e o fazer, por considerar que ambos não podem ser desconectados sem prejuízo do resultado final.

A universidade como lugar de reflexão e formação da postura crítica diante do real se constitui como um espaço plural e democrático que deve pressupor a valorização do fazer em sua relação com o saber. É o lugar privilegiado para realizar a interlocução com a sociedade, construindo e mediando novos e diferentes saberes. A universidade, impulsionada pela autocrítica que reconhece os limites da sua presença e a interação no cotidiano da sociedade e das pessoas, tem procurado cumprir o seu papel social, principalmente quando se volta para o fortalecimento e ampliação da prática extensionista.

A extensão universitária tem buscado seguir o caminho da síntese do saber acadêmico e do saber popular, do conhecimento e da realidade social. Por isto, tem sido a mola propulsora da universidade a caminho da sua consolidação enquanto espaço de articulação e integração com a sociedade e, nesta empreitada, tem sido exitosa na construção permanente da indissociabilidade do ensino e da pesquisa.

A ação extensionista, nesse caminho irreversível, confirma a sua vocação social através de projetos de intervenção e transformação da realidade, resgatando e

confirmando o compromisso da universidade frente aos problemas sociais.

Uma dessas iniciativas extensionistas que sustentou e praticou essa vocação social foi o projeto “Manifestações de Gênero, Raça, Sexualidade e Religião nas Eleições 2014”, aprovado pela Pró-reitoria de Extensão da UFBA, em 2014. Os objetivos deste projeto foram: (i) fazer monitoramento da mídia durante o período das eleições de 2014; (ii) produzir material didático-pedagógico e bibliográfico; (iii) organizar programa pedagógico de formação científica para estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e gestores de políticas públicas e membros da comunidade em geral; (iv) realizar um evento para ampliar as discussões acerca desses temas no período eleitoral para que sejam construídas as respostas eficazes capazes de denunciar e enfrentar todas as formas de preconceitos e oportunistas; (v) organizar um livro sobre as temáticas abordadas ao longo da realização das atividades teóricas e empíricas.

Esse artigo trata, justamente, de confirmar as possibilidades extensionistas de tornar viável o papel social da universidade através de projetos e programas de intervenção. No caso desse projeto, desenvolvido durante o período eleitoral de 2014 e com previsão de 7 meses de atividades, elencamos dois eixos de atuação: 1) identificar a realidade da sub-representação de vários setores sociais (mulheres, negros/as, indígenas, ciganos, jovens e idosos/as); 2) registrar e analisar, nos discursos das/os candidatas/os à presidência da república, o posicionamento político e eleitoral sobre temas como aborto, casamento igualitário, homofobia, intolerância religiosa, sexismo e racismo.

Os resultados dos estudos e pesquisas realizados pela equipe de bolsistas e docentes revelaram que as atuais instituições representativas, como eleições, voto, partido político, se tornaram anacrônicas em decorrência da incapacidade e das limitações para incluir as diversidades dos setores sociais no processo de representação, o que exige o estabelecimento de novos mecanismos jurídico-políticos. Por isto, a reinvenção das instituições representativas passa pelo reconhecimento das mazelas presentes e, dentre elas, aponta a pesquisa, destaca-se a crescente presença do poder econômico nos processos eleitorais, que vem há décadas, acontecendo nos momentos eleitorais brasileiros com o alto custo das campanhas, que tem deixado de fora da disputa eleitoral vários setores sociais

que, além de sub-representados, acentuam a crise e a perda de credibilidade da política. Mulheres, negros, índios, LGBTs, jovens, entre outros, estão à margem da disputa política eleitoral, mesmo com a obrigatoriedade das cotas partidárias para as mulheres candidatas. Esta sub-representação traz distorções na composição do poder e danos para a democracia, conclui a pesquisa.

No caso da representação das mulheres no Parlamento, a pesquisa revelou que as conquistas alcançadas com a Lei de Cotas de Gênero não alteraram o quadro de sub-representação das mulheres na política. O Brasil continua sendo um dos países com piores índices de participação de mulheres no Legislativo e no Executivo: de cada dez eleitos, nove, em média, são homens. Em 2014, no atual Congresso, as representantes do sexo feminino são apenas 9 dos 81 senadores e 45 dos 513 deputados. A desproporção se repete nos Legislativos e Executivos estaduais e municipais e, apesar de termos eleito, por dois mandatos, uma mulher para o mais alto cargo político do país, a Presidência da República, o Brasil ocupa o 156º lugar em um ranking de 188 nações em relação à participação da mulher na política e à diferença entre homens e mulheres na ocupação de cadeiras no Parlamento. Desde a conquista do direito ao voto pelas mulheres, a presença no Parlamento é pequena. As mulheres são 52% do eleitorado, mas cerca de 11% nos parlamentos.

Nesse caso, avalia os resultados dos estudos e pesquisas realizadas, a Lei de Cotas de Gênero tem se revelado ineficiente para corrigir essas mazelas. O cumprimento desta Lei proporcionou o aumento de mulheres candidatas nas eleições de 2014, entretanto, o número de eleitas diminuiu em relação à eleição anterior de 2010.

No segundo tópico deste artigo, vamos apresentar as várias etapas do projeto, suas ações de intervenção e os principais resultados.

### **Um novo caminho da extensão universitária**

A universidade é uma instituição que tem, além da responsabilidade com a formação profissional, a produção de conhecimentos e a propagação destes conhecimentos, o compromisso direto com a sociedade, no sentido de assumir o “saber-fazer” diante das questões colocadas pela realidade social, procurando promover a ruptura do processo verticalizado que, segundo Paulo Freire, “coisifica” as mulheres e os homens e retira a sua capacidade criadora e libertadora. Nessa direção, a universidade, nas duas últimas décadas,

tem procurado assumir o seu papel de agente democrático, confirmando a sua função social e abrindo-se de modo extensivo à sociedade. Inserida neste contexto de intenções e realizações acadêmicas e sociais, está a extensão universitária, que apresenta uma diversidade conceitual e prática que interfere e orienta o “pensar” e o “fazer” no interior da Universidade.

A extensão universitária no Brasil tem uma longa história de transformação: seu conceito e realidade acompanham a história social do país, lembra Lenilda Cunha (2013). A extensão universitária brasileira, principalmente a pública, passou por vários caminhos sociais e, por isto, ganhou várias matizes conceituais. Foi concebida como extensão de cursos, de serviços assistenciais, até chegar, após o fim do regime militar, como extensão “redentora da função social da Universidade” (CUNHA, 2013, p. 24), ou seja, extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, quando a universidade passa a contrair função social, de fato, colocando-se aberta aos saberes populares e à realidade social. Desse modo, a extensão ganha um novo significado e passa a ter uma nova relação interna com os outros saberes e fazeres acadêmicos. Portanto, como aponta Cunha:

[...] um novo conceito foi elaborado para a extensão na primeira reunião do Fórum de Pró-Reitores, em Brasília, sob o comando do então Reitor Cristóvam Buarque, em 1987. Este conceito se firmaria como meta e instrumento das lutas desencadeadas nacionalmente por aquele Fórum nos anos 90, que contava com a representação de todas as universidades federais e algumas estaduais, onde seu caráter público seria o definidor do caráter democrático e progressista que deveria levar a marca da extensão nas universidades públicas brasileiras (2013, p. 24).

Assim foi conceituada a extensão universitária a partir da democratização do país:

Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho

interdisciplinar que favorece a ação integrada do social” (CUNHA, 2013, p. 24-25).

A partir daí, a Extensão Universitária passou a ser entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, desconstruindo, inclusive, o mito de que extensão está dissociada da prática de pesquisa, herança histórica do período inicial da extensão, que correspondeu a um momento autoritário da universidade que, ao desconhecer a cultura e o saber popular, apresentava-se como detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância.

A Extensão é, dessa forma, uma via de mão-dupla, como assinalam alguns autores, que traça o caminho da comunidade acadêmica à sociedade; é a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico a partir das tramas da realidade social. Nesse caminho de dupla direção, no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica e crítica, será acrescido de novos conhecimentos e isto significa a produção do saber-fazer. Este fluxo de conhecimento–aprendizado, que estabelece a troca do saber teórico e acadêmico com o saber popular, resulta na produção do conhecimento da realidade social em uma perspectiva crítica. Inserida neste contexto, a extensão universitária se apresenta como a possibilidade de uma diversidade conceitual e prática que interfere expressivamente no “pensar” e no “fazer” na vida da Universidade (CUNHA, 2013).

Esse caminho é a real democratização do conhecimento acadêmico e da participação efetiva da sociedade na atuação da Universidade. Por isto, a extensão tem um valor agregador e instrumentalizador que, por meio do processo dialético do saber-fazer, promove a abertura da universidade a partir da visão integradora do social.

Nos últimos anos, as ações extensionistas têm realizado esse caminho que aborda o saber acadêmico, procurando enfatizar a relação com o saber popular, o que garante uma abordagem rica e crítica, configurando, assim, a possibilidade de um diálogo com a sociedade, principalmente aquela parcela da população pobre e excluída. Essas atividades extensionistas têm procurado não apenas identificar problemas, mas instrumentalizar criticamente a população e a comunidade acadêmica com ferramentas capazes de promover um processo de intervenção e solução de problemas. Do mesmo modo, essas atividades têm suas bases teóricas e empíricas

enriquecidas com o contato direto com a realidade social. É nessa lógica pedagógica de “mão-dupla” que se firma o resgate do saber-fazer humano e a promoção de um modelo pedagógico capaz de propiciar a troca de conhecimentos.

Portanto, com base em ações estratégicas interdependentes e articuladas entre si, busca-se dar conta de um modelo pedagógico assentado no saber-fazer popular, que significa aprender mediante processos de troca, de assimilação e de construção de valores já visitados, a serem visitados ou a serem revisitados, tendo em vista um novo olhar, uma nova percepção e um novo sentido que cumprem o papel de significar e ressignificar o saber acadêmico face aos acontecimentos cotidianos, ordinários e extra-ordinários que envolvem a realidade social.

### **Uma experiência extensiva**

Seguindo por esse caminho, a Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia tem criado as condições reais para estimular o corpo docente e o discente a apresentarem projetos e programas na linha da investigação científica e intervenção da realidade social. Isto tem ampliado o interesse dentro do espaço acadêmico pelo trabalho extensionista e com excelentes resultados. A prova disto está no evento anual SEMEX, onde são apresentados os bons resultados dos projetos e programas extensionistas e, a cada ano, aumenta o número de participantes e visitantes.

A Extensão, quando entendida e praticada como ação popular, atribui um novo olhar ao trabalho acadêmico, pois viabiliza o entrelace com as políticas públicas e sociais (governamentais e não-governamentais), agregando valores e contribuindo para uma nova perspectiva teórica e prática da extensão, sempre de modo crítico e propositivo. A Pró-reitoria da UFBA reitera essa postura ao afirmar que:

Reconhecendo o ensino, a pesquisa e a extensão como indissociáveis, as ações implementadas pela Pró-Reitoria abrangem dois grandes campos do saber – o da Arte e Cultura e o da Ciência e Tecnologia – e compreendem a disseminação desses saberes. Tem como objetivo promover a integração entre a Universidade e a sociedade na troca de experiências, técnicas e metodologias, permitindo ao aluno uma formação profissional com responsabilidade social, dando ao professor oportunidade de legitimar socialmente sua produção acadêmica e elevando a UFBA ao patamar de uma universidade cidadã, voltada para os grandes problemas da sociedade contemporânea (<http://www.proext.ufba.br/> 2014)

A aproximação da universidade com a sociedade ampliou as possibilidades extensionistas, tanto na produção de conhecimento, através de estudos e pesquisas, quanto na criação de estratégias metodológicas capazes de garantir a intervenção social de forma responsável e democrática, trazendo resultados exitosos para a universidade e a sociedade.

Reconhecendo e estimulando o papel social da universidade, no ano de 2014, tomamos a iniciativa de apresentar um projeto sobre as manifestações de gênero, raça, sexualidade e religião nas eleições 2014, a que já nos referimos acima. Foi uma iniciativa estimulada pela preocupação em registrar e analisar as posições eleitorais sobre temas considerados “polêmicos” para o momento eleitoral, como sexismo, machismo, aborto, casamento igualitário, homofobia, racismo e intolerância religiosa. O projeto foi coordenado por dois docentes da UFBA<sup>1</sup>, cinco bolsistas<sup>2</sup> e quatro voluntários<sup>3</sup> de vários cursos, confirmando a natureza interdisciplinar do projeto (Ciências Sociais, Gênero e Diversidade, Psicologia, Biologia, PPPGNEIM), fundamental para promover a interação do saber-fazer e ampliar as possibilidades de intervenção social.

O projeto “Manifestações de Gênero, Raça, Sexualidade e Religião nas Eleições 2014” foi pensado e executado visando o monitoramento dos discursos das/os presidentiáveis na mídia, durante o período das eleições de 2014. A partir deste objetivo central, foram produzidos materiais didático-pedagógicos, organizados programas pedagógicos de formação política para os membros da equipe do projeto e pessoas da comunidade, em especial, o público feminino e foi realizado o evento “Semana de Gênero e Diversidade”<sup>4</sup> para apresentar os resultados das pesquisas e ampliar o espaço para discussões acerca desses temas presentes nos momentos eleitorais no país, possibilitando, desse modo, a construção da postura crítica e a busca de respostas eficazes capazes de denunciar e enfrentar todas as formas de preconceitos e oportunistas.

<sup>1</sup> Felipe Bruno Martins Fernandes e Mariangela Moreira Nascimento, professores do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA.

<sup>2</sup> Anne Alencar, Alice Horta, Shirley Santos, Larissa Lima e Géssica Nogueira.

<sup>3</sup> Cristiano Nogueira, Paula Gonzaga, Dafne Almeida e Júlia Freitas.

<sup>4</sup> O evento foi realizado como a primeira semana de curso de bacharelado Gênero e Diversidade 2014 e teve como título: “Profissão, Ética e Política”, realizado nos dias 02 a 04 de dezembro de 2014.

O conjunto dos resultados obtidos através de estudos, pesquisas e intervenção social está sendo organizado no formato livro e com previsão de conclusão em dezembro de 2015. Trata-se de um livro com registros de todas as atividades realizadas e apresentação das análises teóricas sobre temas como democracia, movimentos sociais, participação política e reforma política, gênero e sexualidades, pós-colonialidades, entre outros; todos estes temas fazem, de modo direto ou não, a interconexão com as questões de gênero, raça, sexualidade e religiosidades.

Antes de apresentarmos, de modo conclusivo, os resultados do projeto, vamos contextualizar, política e historicamente, as condições do processo democrático do país para melhor situar estes resultados.

A partir da década de 1990, quando o país recria as condições institucionais para a democracia, dá-se início a uma sociedade civil mais organizada e mais dinâmica na direção de estabelecer relações mais estreitas com a vida pública e política e, principalmente, uma relação mais compartilhada do poder com o Estado, apesar dos obstáculos do passado ditatorial ainda tão presentes. Muitas foram as conquistas no âmbito das forças societárias, principalmente no plano institucional – particularmente, as vitórias na Constituição de 1988.

A partir daí, surge, no processo democrático brasileiro, uma sociedade mais organizada e mais participante que caminha na direção de estabelecer relações mais estreitas com o Estado, construindo o espaço público de intervenção e aumentando as possibilidades de maior interação e articulação entre os cidadãos e dos vários grupos sociais que emergem no espaço público reivindicando reconhecimento, novos direitos e políticas públicas (movimento gay, feminista, negros, juventude etc.).

É nesta perspectiva teórica e empírica que entendemos os movimentos sociais no país, nestes últimos anos, movimentos que vêm ampliando suas conquistas políticas ao resistirem com alternativas criativas às novas modalidades e dispositivos de controle e de aprisionamento do Estado.

Entretanto, não podemos negar que, ainda hoje, o passado autoritário continua presente e influenciando a vida política, fragilizando o processo democrático. Este fato ganha maior visibilidade, em época eleitoral, com as práticas do clientelismo, personalismo, compra de voto, machismo, racismo. Os resultados deste “estado de

coisas” são desastrosos para a democracia do país. Um dos resultados da forte cultura autoritária na democracia brasileira está na sub-representação de vários segmentos sociais, como as mulheres, os índios, negros, população LGBTQ, idosos, entre outros, o que também já mencionamos acima.

Apesar desses resultados nefastos e em contraposição a eles, não podemos desconhecer que o processo de democratização brasileira, que teve início em 1985, possibilitou maior visibilidade pública aos movimentos sociais e ampliou os espaços públicos de participação política. Os segmentos sociais, a partir daí, emergiram como força organizada capaz de reivindicar e conquistar novos direitos, de ampliar o seu campo de atuação e de participar do jogo político eleitoral. As questões relacionadas a gênero, raça/etnia e sexualidade ganharam (e continuam a ganhar), cada vez mais, destaque na disputa eleitoral. Estas temáticas têm ocupado lugar central na agenda governamental, que tem traduzido suas reivindicações em projetos de Lei e programas de políticas públicas.

Essas conquistas, entretanto, não alteraram o quadro de sub-representação de vários segmentos sociais, principalmente da mulher, do negro e dos LGBTQ. As causas da baixa representatividade não estão relacionadas à ideia de que “mulher não gosta de política” e, por isto, não quer concorrer, como justifica a postura machista em vários discursos que escutamos ao longo do projeto. As mulheres brasileiras têm conquistado espaços na sociedade: atualmente, tem uma mulher no cargo de presidenta da República, a escolaridade da mulher hoje é maior, a participação na economia e a inserção no mercado de trabalho são crescentes. Hoje, as mulheres têm presença marcante nos movimentos sociais, muitas assumindo cargos de liderança. É crescente o número de mulheres chefes de família. Portanto, foram muitas as conquistas e, apesar da sub-representação no cenário político, as mulheres têm hoje presença decisiva nas lutas sociais e revelam capacidade de estar à frente destas lutas.

No plano da representação parlamentar, para viabilizar a participação da mulher e acabar com a sub-representação, foi criada a Lei de Cotas de Gênero:

A atual legislação eleitoral estabelece que os partidos devam preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Na prática isso garante uma reserva de vagas à candidatura das mulheres. Além disso, determina o repasse de no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário para criação de programas de promoção e difusão

da participação política das mulheres. A Lei prevê ainda que pelo menos 10% do tempo de propaganda partidária gratuita seja destinado às mulheres (TSE, 2014).

Apesar dos avanços, essas medidas legais não têm sido suficiente para aumentar o número de mulheres na disputa eleitoral e pouco têm contribuído para mudar o quadro. A verdade é que muitos partidos apenas inscrevem mulheres nas chapas, sem investir, de fato, nas campanhas delas. Representantes do Ministério Público vêm denunciando e punindo legendas pelo descumprimento da Lei. Muitos partidos têm usado “mulheres-laranja” para cumprir a cota e isto exige mais fiscalização e punição. Prática como esta fragiliza mais ainda a nossa democracia e reproduz o autoritarismo, machismo, racismo e a intolerância religiosa.

Na universidade, estão sendo realizados vários estudos e pesquisas que ajudam a elucidar e apontar as causas e consequências da realidade da sub-representação política da mulher, população indígena, LGBTQ, população negra. Por isto, é fundamental compreender e analisar o comportamento eleitoral e a natureza dos obstáculos que inviabilizam a participação e representação equitativa desses vários segmentos sociais. Foi com esses propósitos que demos início, em 2014, aos estudos e às pesquisas sobre o momento eleitoral de 2014, observando a participação das/os representantes dos vários grupos sociais na disputa eleitoral e monitorando os discursos das/os presidentiáveis e candidatas/os acerca de temas relacionados a esses grupos: machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa. Visando tais propósitos, o projeto foi organizado em 4 etapas de atividades: formação política, criação do jornal *online*, evento e organização do livro. Vamos apresentar, resumidamente, essas etapas de atividades:

### **1. Cursos de formação política – “Mulher na Política”**

Foram realizados dois minicursos com lideranças sociais e pessoas da comunidade. O primeiro minicurso foi realizado no Centro Cultural Alagados, localizado no bairro do Uruguai, em Salvador. O segundo foi ministrado no Centro Cultural Fogo-Simbólico, em Simões Filho. Os minicursos tiveram como público-alvo 28 líderes comunitários.

Os cursos previstos no projeto foram realizados com a aplicação da metodologia de “rodas de conversa” e “oficinas”. A estratégia pedagógica utilizada levou em conta a valorização do conhecimento do público-alvo –

mulheres líderes comunitárias – e o conhecimento oriundo da experiência de vida. Neste caso, a proposta do curso foi a de um modelo aberto para a aprendizagem que visa potencializar a capacidade criativa e criadora do/a participante, tanto da equipe discente como do público participante, o que possibilitou prepará-los/as para assumir, de forma crítica, o seu papel de sujeito transformador da realidade social. Em seu programa temático, o curso articulou o debate teórico sobre o papel da mulher nas eleições com as experiências políticas vivenciadas pelas mulheres participantes. Desse modo, o curso proporcionou processos teóricos e práticos que contribuíram com o aprendizado da equipe multidisciplinar de discentes, articulando o saber empírico com a produção de conhecimento.

Além das atividades de rodas de conversa e oficinas, foram realizadas pesquisas quantitativas visando conhecer as reais condições socioeconômicas e culturais dessas mulheres, o que possibilitou fazer uma conexão entre o saber acadêmico e as experiências das líderes, da Universidade e das comunidades. Os temas abordados foram: gênero, política, violência e sexualidade, tendo sido articulados com o propósito de promover a produção de conhecimento.

O programa pedagógico dos minicursos foi pensado e realizado com o propósito de problematizar as questões de gênero, participação política, estética e sexualidade. Os cursos utilizaram as seguintes estratégias metodológicas: 1. atividade de interação entre todos as/os participantes com apresentação, mística (nos moldes do MST) nas quais as atividades corporais foram executadas com o objetivo de facilitar o trabalho em grupo; 2. grupo de conversa com as/os participantes sobre o papel da mulher na política; e 3. oficina sobre “Corpo e Prazer”. Após as atividades pedagógicas, foi realizada uma oficina de turbantes com o propósito de provocar sentimentos de autoestima e de valorização cultural da matriz africana presente nessas comunidades. O resultado destas experiências foi importante para possibilitar a articulação do saber-fazer interdisciplinar dos discentes e docentes integrantes da equipe do projeto.

A proposta inicial do Projeto previa apenas a realização de dois minicursos que possibilitassem, previamente, mensurar e identificar os problemas para, depois, no segundo momento do Projeto, no ano de 2015, montar uma estratégia de intervenção mais precisa e de maior alcance. No momento, Mariângela Moreira Nascimento

está coordenando o projeto “Gira: circulando o conhecimento em gênero, raça e sexualidade no subúrbio ferroviário de Salvador/BA”, em escolas públicas do bairro de Plataforma. Os minicursos realizados foram necessários para um primeiro diagnóstico sobre o que pensa a mulher de grupos populares sobre a sua baixa representatividade no cenário político e qual o lugar da mulher na vida política do país.

Os resultados desses dois encontros pedagógicos revelaram que ainda existe, na comunidade e na família, resistência em debater os temas feministas. Apesar disso, nos momentos de debates e conversas, as/os participantes dos cursos reconheceram a ascensão da mulher ao poder, as conquistas da mulher ao ocupar os espaços que até hoje são considerados de interesse do homem, a exemplo da economia, educação e saúde. Do mesmo modo, reconheceram que a sub-representação da mulher nos espaços do poder, como o Congresso, é um obstáculo às novas conquistas de direitos específicos para a mulher, principalmente a mulher negra, e a baixa representatividade acaba deixando as decisões dos assuntos de interesse da mulher nas mãos dos homens, já que são a maioria no Congresso, e concordam que os resultados dessas iniciativas nem sempre estão em acordo com o que reivindicam as mulheres e os movimentos feministas, ou seja, a mulher está fora do centro do debate público e das decisões sobre as questões diretamente vinculadas à sua realidade.

Entretanto, todas/os concordam que são muitas as causas para a baixa presença das mulheres no poder, e uma delas é a velha estrutura institucional da política, que ainda não foi desmontada. Ao entrar na política, a mulher se depara com todo um sistema de valores e de representatividade baseada na figura masculina como centro deste processo, enraizado de machismo e sexismo. Esta estrutura se torna um obstáculo à participação da mulher no campo institucional.

Contrariando essa realidade, no entanto, as/os participantes concordam que, apesar da sub-representação, a mulher é uma grande liderança dos movimentos sociais e comunitários, que sua participação tem sido, em muitos casos, a força propulsora destes movimentos. Essa participação, no entanto, é limitada e retraída nos espaços institucionais; por exemplo, nos sindicatos e partidos políticos, a direção e o poder de decisão, com raras exceções, são tomados pelos homens

que assumem os postos de comando, já que a estrutura institucional está ainda assentada em valores machistas.

Concluindo, fica claro, nessas discussões e debates, que a discriminação no espaço político não difere das outras esferas de convivência social, como na família, na empresa etc. Há sempre a exigência de que a mulher se comporte segundo os valores e comportamentos fundados na razão, ou seja, baseados em uma racionalidade masculina à qual a mulher não tem acesso e contrária à forma como as mulheres são disciplinadas a ver e sentir o mundo: emotiva e submissa.

## 2. Redes sociais – Boletim Observatório Feminista 2014

Hoje, é inegável o papel das redes sociais na disputa eleitoral. Nas eleições de 2014, as redes sociais tiveram fundamental importância: tornaram-se espaços de debate, marketing eleitoral e denúncias e um dos principais meios de interlocução entre candidatas e eleitores, onde a comunicação e as informações foram discutidas e compartilhadas em tempo real. As páginas e perfis nas redes sociais passaram a ser uma ferramenta estratégica utilizada por partidos políticos e candidatas

com o propósito de conquistar os eleitores e, principalmente, os eleitores indecisos.

As redes sociais tiveram um grande impacto, promoveram uma nova dinâmica para o momento eleitoral e abriram novos canais de participação da sociedade: tornaram-se, portanto, um novo marco da disputa eleitoral.

Para cumprir o propósito do Projeto, o de monitorar os discursos e manifestações das/os candidatas/os presidenciais de 2014 e de registrar as falas e posições ideológicas sobre gênero, raça, sexualidade e religião, foi criada a página do facebook intitulada “Observatório Feminista, Eleições 2014”, no dia 31 de maio de 2014, passando a ser executada a partir do dia 6 de junho.

O “Observatório Feminista” contabilizou um número proporcional de 1.733 curtidas. Sua estrutura foi constituída por cinco álbuns: o álbum “fotos do perfil”; álbum “fotos da capa”, cada uma com uma imagem; o álbum “arquivos de dispositivo moveis”, com 33 imagens; o “álbum vídeo”, com 7 dispositivos audiovisuais; e o álbum “fotos da linha do tempo”, com 101 imagens, que estão disponibilizados na página do observatório.





A página do facebook teve grande alcance e respondeu positivamente às pretensões do Projeto, o de promover debates e formar opiniões entre os eleitores que problematizaram e ajudaram na formação de opinião, principalmente pelo fato de terem registrado os discursos e opiniões dos candidatos aos cargos públicos, que expressaram posturas sexistas, homofóbicas, racistas e intolerantes, durante toda a Campanha Eleitoral de 2014, contribuindo, deste modo, para denunciar e evidenciar as várias formas de preconceito daqueles que

vão ser representantes da sociedade, de todos os cidadãos.

Para uma maior interação com a comunidade, a equipe interdisciplinar do Observatório Feminista produziu, também, uma série de Boletins online, disponibilizados em formato PDF, reproduzindo e analisando os discursos, as entrevistas e as manifestações das candidatas e candidatos em disputas sobre os temas gênero, raça, sexualidade e religião.

### BLOG do Observatório Feminista Eleições 2014



Os Boletins foram publicados pelo Observatório Feminista entre julho e outubro de 2014, com 8 edições. Cada edição foi confeccionada com bordas em cores diferentes para dinamizar a leitura, trazendo símbolos feministas que representavam imagens diversificadas de mulheres, como a imagem da mulher negra, da mulher branca, da mulher indígena, da mulher transexual e a da mulher de desenho animado. As principais temáticas abordadas traziam um resumo semanal ou quinzenal das principais notícias que envolviam questões de gênero, raça, sexualidade e intolerância religiosa nas eleições. Foi lançado, também, um boletim especial com o resumo das entrevistas realizadas com candidatas a deputadas estaduais e federais.

O Observatório Feminista das Eleições de 2014 entrevistou algumas candidatas aos cargos de deputadas federais e estaduais para conhecer suas propostas para o legislativo em relação a mulher, aborto, homofobia, racismo, religião, entre outros temas. Assim, foram realizadas 11 entrevistas com 6 candidatas a deputadas federais e 5 a deputadas estaduais. As entrevistadas eram filiadas a diferentes partidos, como PT, PSTU, PSDB, PSOL, PSB, PCdoB, eram candidatas das cidades de Salvador, Porto Alegre e São Paulo e eram mulheres cisgênera e transexuais, negras, jovens, idosas, brancas e de diferentes classes sociais.



### 3. Semana de Gênero e Diversidade e participação em Eventos de divulgação científica

A equipe do Observatório Feminista – 2014 participou de vários eventos científicos e acadêmicos, buscando fomentar e difundir o conhecimento acerca das questões de gênero, raça e sexualidade nas eleições.

#### 1. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanas – CONINTER

Foram apresentados, no CONINTER, dois trabalhos: “Discursos anti-sexistas e racistas e a representatividade da mulher negra nas eleições de 2014” de autoria da bolsista Shirlei Santos de Jesus Silva; e



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades

“Manifestações de gênero nas eleições brasileiras de 2014: uma análise das candidaturas à presidência”, de autoria da bolsista Anne Alencar Monteiro.

#### 2. Seminário de Extensão Universitária da UFBA – SEMEX



O Observatório Feminista marcou presença no Seminário de Extensão da UFBA. O coordenador Felipe Fernandes apresentou os principais resultados do projeto colaborando com o debate sobre projetos de extensão.

### 3. Debate sobre eleições 2014



A equipe do Observatório Feminista participou e colaborou com o debate sobre eleições 2014 realizado pelo curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade, em outubro.

### 4. I Semana de Gênero e Diversidade



A coordenadora Mariangela Nascimento abriu a Semana de Gênero e Diversidade com a palestra intitulada “Mulher na Política”.

Durante a I Semana de Gênero e Diversidade, a equipe do Observatório Feminista 2014 compôs duas mesas, “Raça, Etnia e

Religião nas Eleições de 2014” e “Gênero e Sexualidade nas Eleições de 2014”, nas quais foi apresentada a análise dos resultados do monitoramento realizado ao longo de todo o projeto.

#### 5. 18º REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero



A bolsista Shirlei Santos apresentou trabalho na REDOR, intitulado “Mídia e política: discursos racistas e a representatividade da mulher negra nas eleições de 2014”; e o aluno voluntário Cristiano Nogueira apresentou o trabalho “A mulher na política: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014”.

#### Referências

CUNHA, Lenilda Soares. *Extensão universitária brasileira: as tensões das propostas acadêmicas*. In: MELO NETO, José Francisco de et al. (Org.). *Extensão Universitária: diálogos populares*. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

NASCIMENTO, Mariangela. As possibilidades da ação extensionista: o caso das trabalhadoras calçadistas da Bahia. In: CAPUTO, M. Constantina; TEIXEIRA, Carmem Fontes. *Universidade e Sociedade: concepções e projetos de extensão universitária*. Salvador: Edufba, 2014.

#### 4. Organização do livro

No momento, a coordenação do projeto está finalizando a edição do livro resultado do projeto, a ser publicado pela EDUFBA, que contará com capítulos que abordam os temas supramencionados.

#### Consideração final

Como vimos neste artigo, a articulação entre a universidade e a comunidade é estruturante do sistema de ensino superior atual. Comungamos da ideia de que nossas reflexões devem contribuir com a melhoria da sociedade. Nossa intervenção, que também é pesquisa, conclui que é preciso que sejam criadas as condições políticas que permitam a participação de segmentos marginalizados na política e que as poucas iniciativas que estão sendo tomadas não garantem a representação feminina e subalterna no cenário do poder. Com a atividade extensionista, pensamos contribuir para a mudança de crenças e valores em nossa sociedade e o monitoramento das eleições com formação política de mulheres líderes nos mostrou que é possível aliamos saberes e práticas na construção de um Brasil mais democrático para todas e todos.

FERNANDES, F.; NASCIMENTO, M. *Relatório do Observatório Feminista – 2014*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/observatoriofeminista>>.

TSE, 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-participacao-feminina-na-politica-brasileira-cresce-ao-longo-do-tempo>>.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFBA. Disponível em: <<http://www.proext.ufba.br/>>.